

# TENDÊNCIAS DA ÉTICA PROFISSIONAL NA MODERNIDADE\*

Elizete Silva Passos\*\*

---

**RESUMO:** Identifica-se no momento presente uma crise de valores morais, fazendo com que os cidadãos clamem por justiça, respeitabilidade e compromisso social. Também os profissionais refletem essa situação e passam a investir na criação de valores que possam regulamentar as suas relações. Tal situação decorre da importância que a subjetividade passou a ter a partir da Modernidade, assim como, de algumas alterações ocorridas nas esferas política, econômica e social, fazendo com que os homens ganhassem uma grande confiança em si mesmos, a ponto de negarem a necessidade de seguirem valores estabelecidos socialmente. Assim, a ética na modernidade estrutura-se, basicamente, em três direções: uma de tradição teológica, outra que reconhece a situação de crise e tem consciência que precisa modificá-la, e a última que nega a necessidade de qualquer código moral. Em consonância com os valores vividos na sociedade, também, os códigos de ética profissional seguem tendências divergentes. Podemos identificá-los ora como um mero exercício tautológico, comprometido em sacramentar as práticas exercidas, ora como um falso enfrentamento das práticas cristalizadas e em outros momentos como uma tendência questionadora, voltada para a superação do egoísmo, do individualismo e do corporativismo. Acreditamos que esta última deveria ser a tendência a ser seguida, pois caracteriza-se como uma verdadeira orientação deontológica e não como subterfúgio de práticas desonestas e comportamentos moralmente inadequados.

**ABSTRACT:** At the present a moral values crisis is identified, leading the citizens to claim for justice, respectability and social commitment. The professionals feel the same way and are working towards the creation of values which will regulate their relations. Such situation is a consequence of the relevance that subjectivity gained nowadays, as well as a consequence of some changes which took place in the political, economic and social environments, leading people to be more self-confident, to the point of denying the necessity of following socially established values. Thus ethics today point towards three directions: one consists of theological tradition, another recognizes the crisis and is aware that it must be reversed, and the last denies the necessity of any moral code. According to the values found in the society also, the professional ethical code follow diverging tendencies. They can be identified either as a mere tautological exercise, committed to consolidating the adopted praxis, or as a false confrontation of the consolidated praxis, or else with a questioning tendency, turned to surpassing egoism, individualism and corporativism. We believe the latter is the tendency to be followed, for it is characterized by the true deontological orientation and not as a subterfuge of dishonest actions and morally inadequate behavior.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Vive-se hoje, no Brasil, um momento de redes-

coberta da ética, de ânsia por incorporar valores morais nas nossas práticas cotidianas, nas atividades científicas, políticas, econômicas, etc. Isto decorre do

---

\* Este artigo foi escrito para ser apresentado no II Simpósio de Filosofia, promovido pelo Departamento de Filosofia da UFBA.

\*\* Professora de Ética Geral e Ética Profissional do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

lamento geral de que estamos vivendo uma grave crise, a qual é identificada pelo senso comum pela falta de decoro e de compostura e pelos intelectuais, como uma anomia, ou seja pela ausência de condições que garantam a interiorização do respeito às leis e às regras sociais por parte dos indivíduos.

Para muitos estudiosos, esta é uma crise decorrente da pós-modernidade, onde se privilegia a heterogeneidade, a diferença, a fragmentação e a descontinuidade. Para outros, ela não ultrapassou a modernidade, ao contrário, se instalou no seu seio apesar de alicerçar-se em novas bases, onde a prática pedagógica do adestramento e da manipulação eslão sendo questionadas, a supremacia da razão e a adesão cega às leis já não encontram eco e onde os homens exigem ser tratados como organismos vivos, capazes de pensar, sofrer, se organizarem e construírem valores.

Neste quadro de "crise" os cidadãos se organizam e clamam por respeitabilidade, por seriedade, justiça social e por valores morais. Também os indivíduos, enquanto membros de categorias profissionais, investem em criar regras de conduta que possam garantir a convivência com seus pares, seus clientes, com as instituições a que fazem parte. etc. Resta saberem que bases essas regras acham-se alicerçadas, a que elas realmente se propõem, a que elas servem. É disto que trataremos neste artigo.

Para tal iniciaremos traçando um panorama dos valores morais que vigoram nas sociedades modernas; em seguida, buscaremos compreender a relação existente entre os valores gerais da sociedade e os valores particulares que regem as condutas dos indivíduos enquanto membros de grupos de trabalho, identificaremos os pilares em que se embasam os atuais códigos profissionais da ética e por último, buscaremos distinguir até onde eles podem ser tomados como deontológicos - éticos - e até onde servem apenas aos interesses instituídos.

## 2. OS VALORES MORAIS NA MODERNIDADE

Dois fatos podem ser ilustrativos das transformações por que passaram os homens nas sociedades modernas. O primeiro diz respeito à evolução da arte de retratar e o segundo, à substituição do ato de biografar.

No que se refere ao primeiro, havia uma tendência, até o advento da modernidade, a se retratar apenas os "universais concretos" - deuses, heróis e santos - com ela inaugurou-se a prática de retratar o homem

em detrimento do seu nome sua condição social e outros atributos. Do mesmo modo aconteceu no campo da literatura. Antes não havia espaço para que se falasse do indivíduo singular, do homem comum e sim do itinerário de figuras ilustres, da trajetória de uma alma brilhante. As autobiografias só eram feitas se o sujeito preenchesse esses requisitos, como exemplifica as (*Confissões* de Santo Agostinho. Com a Modernidade dá-se uma inversão. Abre-se um espaço para as autobiografias e até mesmo as biografias retratam o particular, o homem comum pois o que se pretende é valorizar o ser pensante, o homem enquanto um ser racional.

Ambas as situações indicam o valor que a subjetividade e a razão humanas ganharam no período transformando-se no novo parâmetro de interpretação e explicação do mundo. Há como um desencantamento da realidade, antes, explicada e entendida através de princípios religiosos e místicos, para uma realidade que pode e deve ser desvelada através de princípios racionais. O primeiro exemplo dessa "virada" foi a experiência do cogito cartesiano, o qual se impôs "... como a primeira experiência absoluta, anterior à experiência do absoluto".<sup>1</sup> O homem estabelece-se no mundo destituído de qualquer relação com a realidade superior, posição própria da ideologia burguesa que surge como uma forma de libertação do indivíduo entre as alterações que essa nova ideologia favoreceu identificam-se aquelas do campo do conhecimento, da esfera política, econômica e social. No que diz respeito ao conhecimento, há a demarcação do espaço do sujeito separando-o do espaço do objeto pois entendiam que essa dicotomia era necessária para que pudesse haver neutralidade no conhecimento produzido. Isto caracterizava-se como a possibilidade de se elaborar um saber objetivo e isento. A desconfiança no saber intelectual já havia sido demonstrada por Descartes, ao indicar que todos os dados deveriam ser submetidos a um processo de análise. Com isto Descartes acenava para a dificuldade em chegar a um conhecimento onde não houvesse a ingerência da subjetividade. Esta é mais uma constatação do poder que o homem moderno conquistou, da sua autonomia, da sua liberdade e do seu poder de decisão.

No plano político, o elemento mais significativo é o advento do Estado, como uma instância de dominação através do exercício de um poder impessoal e aparentemente, neutro. A substituição da ideologia liberal clássica pela ideologia burguesa fez com que o quadro político e social sofresse alterações significativas -educação, habitação, saúde -, proporcionando aos sujeitos uma consciência da estrutura interna.

das sociedades, suas divisões e seus antagonismos. Esse desnudamento provocou um clima difícil na esfera social, como faz ver o pensamento de alguns representantes da época. Hobbes não tinha dúvidas ao afirmar que "o homem era o lobo do homem", e que a convivência entre eles só seria possível mediante a imposição de valores rígidos capazes de freiar o excesso de individualismo reinante.

Esse excesso de individualismo e de desagregação constatados, é tido por muitos autores como decorrente do culto à razão, à tecnologia, mas também da perda do referencial teórico pelos indivíduos, entre eles, os de caráter religioso. Entendem que o individualismo é filho do ateísmo e da falta de fé, elementos que funcionam como agregadores e responsáveis pela coesão interna das sociedades. A perda da função social que antes possuíam os universais e as formas metafísicas de explicação do mundo, fizeram da modernidade um período de contínua tensão entre o eterno e o efêmero.

A tensão e a crise vividos pelo homem moderno conduziram-no à instabilidade e à impaciência diante da vida, do trabalho, do crescimento e em todas as demais instâncias. Vive-se uma verdadeira convulsão onde tudo tem que acontecer no menor espaço de tempo possível. Deste modo, a técnica tornou-se a única forma de construção, em virtude do que ela representa em termos de objetividade e prontidão. Neste processo de robotização, nem as normas e os valores morais saem imunes, ao contrário, também elas são continuamente substituídas, saltando-se de um polo ao outro e provocando uma grande instabilidade nos indivíduos que não sabem o que devem seguir.

Diante do conflito e do poder que o homem moderno passou a possuir, a sua tendência é de acreditar que ele pode agir como bem quiser e que não deve seguir nenhum tipo de princípio estabelecido. Contudo, choca-se com as imposições colocadas pela sociedade, das quais não pode fugir, pois é membro dela. Não tendo mais o ideal de felicidade perseguido na antiguidade, nem o ideal cristão que vigorou na medieval idade, acaba tendo que seguir as relações contratuais impostas pelo capitalismo.

Diante do exposto, acreditamos que a ética na modernidade tenta se estruturar em três direções: uma de tradição teológica que teima em manter uma hierarquia de valores absolutos, inspirados na orientação religiosa cristã; uma segunda que reconhece a situação de crise em que a sociedade acha-se mergulhada e que é preciso alterar esse quadro a partir da elabo-

ração de novos valores éticos e uma terceira que, em nome da liberdade humana, nega a necessidade de qualquer código moral, deixando ao homem o direito e a condição de elaborar o seu próprio caminho, sem nenhum parâmetro e sem qualquer responsabilidade. Apesar das tendências explícitas serem essas, entendemos que, de fato, a ética encontra-se acuada entre uma visão utilitarista, voltada para os interesses econômicos e sociais do momento, e a possibilidade de criar, como fez Kant, um mundo da liberdade onde os valores morais possam se dar e serem praticados, separadamente do mundo empírico.

### 3. RELAÇÃO ENTRE OS VALORES VIGENTES NA SOCIEDADE E OS VALORES QUE REGEM OS GRUPOS PARTICULARES

Os valores morais são dialéticos, ou seja, eles seguem um movimento de transformação a partir das alterações a que está sujeita a própria sociedade. Isto porque, "cada formação econômica secreta a própria moral como ideologia de justificação".<sup>(2)</sup> O que nos leva a perceber a complexidade da problemática moral ao lidar com regras de conduta elaboradas pela sociedade e impostas a indivíduos dotados de consciência e de capacidade de decisão. Este confronto gera dúvidas e contradições as quais precisam ser encaradas, pois não podemos deixar de tomar consciência do nosso compromisso enquanto agentes da história que somos.

Entender a problemática moral requer entender a relação existente entre os homens e o sistema: primeiramente porque os homens, apesar de não se reduzirem ao sistema, fazem parte dele através das relações sociais, profissionais e de parentesco em que se acham envolvidos; por outro lado, o próprio sistema se utiliza dos indivíduos como se abrange tanto o aspecto externo - das vinculações institucionais dos homens -, quanto no plano interno, fazendo com que o produto dessas relações sociais passe a fazer parte da sua própria *lebenswelt*.

A incorporação dos valores da sociedade à consciência dos indivíduos e à sua linguagem, acontece de forma diferenciada, pois depende do nível de consciência de cada um, da sua inteligência e da sua simbolização linguística. Essa diferenciação demonstra também, a seus fins a partir do que lhe é significativo. Aristóteles já havia identificado duas formas de ação finalista no homem. Uma relacionada à praxis, voltada para modificar situações e outra que visava modificar o elemento material, dando-lhe uma nova

feição. O homem moral, além de ser finalista, e também um ser responsável.

As sociedades concedem à responsabilidade uma grande importância, cobrando dos seus membros adultos que assumam as suas relações sociais. Tal exigência explica-se pelo papel que os valores morais exercem nas relações sociais e de poder, enquanto formas de garantir a manutenção da sociedade, através de um comportamento "adequado" dos seus membros. No caso das sociedades modernas, de orientação capitalista, baseadas na exploração do trabalho assalariado e no contraste entre classe operária e capital, a adequação dos indivíduos aos princípios de obediência, assiduidade e aplicação, são interpretados como sinônimos de uma vida correta e de uma postura moralmente boa. Mas esta pode não ser a avaliação feita por outras sociedades. Por exemplo, na sociedade medieval, essa dialética dos valores não existia. Fundamentada na idéia de Deus e de um "juízo final", os valores possuíam um caráter definitivo e maniqueísta. Essas idéias sobreviveram enquanto sobreviveu aquela forma de sociedade e foram substituídas quando houve a substituição da estrutura social e da forma de compreensão do mundo.

Do mesmo modo que a história é dialética e processual também a moral é um processo contínuo que não cessa diante de nada nem de ninguém. A sua configuração vai se dando a depender do "ethos" da sociedade, de forma que numa sociedade de classes antagônicas as orientações morais correspondem aos seus ideais e interesses. Entendidos desse modo, os valores morais perdem o seu ar de mistério e de transcendência para serem vistos como produtos da praxis social. As ações humanas também devem ser avaliadas a partir desse princípio, de forma "a posteriori" e circunstancializada. Uma ação passa a ser boa se interpretada como melhor do que outra a depender da sua concordância com os interesses sociais.

Dado o envolvimento dos valores com as variações histórico-sociais, a escolha feita por um sujeito, mesmo pressupondo uma liberdade interna, não se dá incondicionalmente, e sim a partir do seu envolvimento social, pois, como dissemos, o indivíduo só se resolve nas relações sociais. Assim, a liberdade interna que o ato moral pressupõe não significa ausência de condicionamentos mas "necessidade compreendida" como entendia Hegel; ou como "consciência histórica da necessidade", conforme Marx e Engels. Consciência para esses últimos não era uma forma de conciliação e sim motivação para a ação em favor dos fins que o sujeito, circunstancializadamente, projetou.

A moralidade não exige uma liberdade incondicional, pois, também ela faz parte da ideologia, ou seja, do conjunto de representações, normas e regras de conduta necessárias ao homem e à sociedade, a fim de garantir a coesão social e a adaptação dos indivíduos aos seus papéis sociais.

Os valores que orientam a conduta dos indivíduos enquanto membros de uma determinada categoria profissional, também seguem esse mesmo tipo de relação uma vez que não estão descolados do "athos" da sociedade. As suas bases são as mesmas da ética geral: as condições materiais de vida, as crenças religiosas, a moral oficial e o próprio conhecimento científico. Assim, cada momento histórico com a sua forma de produção, suas relações sociais, seus anseios e necessidades, erige o seu sistema de valores, o qual se estende às relações sociais em geral e entre elas às relações mantidas pelos membros de uma categoria profissional, entre esses e seus clientes, entre esses e os seus auxiliares, enfim, todas as relações.

A nossa prática social em geral e a profissional, em específico são influenciados por fatores econômicos, políticos, religiosos, entre outros; contudo, a maior influência que a estética profissional recebe é da própria moral oficial, a qual, quase sempre de posse dos mecanismos do poder - educação institucionalizada, meios de comunicação de massa, etc - consegue invadir os grupos e alargar o seu raio de ação. A incursão desses valores gerais nos domínios da ética profissional faz-se de forma "natural", através de uma ação política sutil.

Assim, conhecer os princípios normativos que orientam as condutas dos indivíduos enquanto membros de um determinado "métier", requer não perder de vista a sua relação com as condições em que foram produzidos, em síntese, com os valores vigentes na sociedade.

#### **4. CARACTERÍSTICAS DA ÉTICA PROFISSIONAL HOJE**

O termo deontológico, usado como sinônimo de ética profissional, surgiu para definir um tipo de conhecimento que pretendia orientar os indivíduos a irem ao encontro do prazer, evitando o desprazer e a dor. Jeremy Bentham, adjudicava a ele a tarefa de ensinar aos homens administrarem suas emoções, usando-as em benefício próprio. Assim, ele a definia como a ciência dos deveres.

Etmologicamente, o termo vem do grego "déon"- que quer dizer o obrigatório, o justo, o adequado - ou

de "déontos". também do grego, que significa necessidade. Percebemos que em ambas as definições, fica evidenciado o caráter finalista da deontologia, ou seja o pressuposto de que é preciso seguir normas para se atingir fins. A evolução desse entendimento levou a identificá-la, presentemente, como "o tratado dos deveres" a ser seguidos em determinadas relações sociais, principalmente nas de caráter profissional.

A necessidade de se erigir normas que orientem as relações humanas remonta á origem da vida comunitária. Desde que os homens passaram a viver em comunidades perceberam que assim como os animais irracionais, eles possuíam impulsos e paixões nem sempre utilizados em seu proveito ou em proveito dos seus semelhantes. A inteligência indicava-lhes que era preciso canalizar esses impulsos individuais a fim de promover uma adaptação aos desejos sociais e criar condições para unia vida societária Essa necessidade estende-se a qualquer agrupamento social, como aqueles de caráter profissional, tão comuns nas sociedades modernas.

A deontologia ou clica profissional, caracteriza-se como um conjunto de normas e princípios que tem por fim orientar as relações dos profissionais com os seus pares, destes com os seus clientes, com a sua equipe de trabalho, com as instituições a que servem entre outros. Como a sua margem de aplicação é limitada ao círculo profissional, faz com que essas normas sejam mais específicas e objetivas.

A praticidade que envolve os códigos de ética profissional não os exime de um compromisso com os interesses da categoria e com o projeto global da sociedade, fazendo com que os mesmos oscilem a depender das oscilações sociais e, deste modo, eles seguem orientações teóricas também diferentes. Se a sociedade é regida por unia orientação metafísica, os códigos de ética profissional tendem a seguir princípios também metafísicos. Se poroutro lado ela admite que o homem é um microcosmos capaz de construir, transformar e criar, eles tendem a valorizar esses aspectos, se a sociedade segue uma orientação individualista e egoísta, os códigos colocarão em prática esses valores.

Decorrente dessa vinculação, verificamos que os códigos de ética profissional em vigor nas sociedades modernas, como a nossa, tendem a seguir três orientações básicas, todas elas a serviço da manutenção das desigualdades sociais, do culto ao capital e da tranquilidade das consciências de quem as coloca em prática.<sup>(3)</sup>

A primeira delas, e a mais difundida, é identifi-

cada por alguns teóricos como mero exercício tautológico no sentido de servir apenas para sacralizar a prática exercida. As normas são orientadas por uma posição positivista onde o que vale são os fatos. Assim, se no dia a dia o profissional usa o seu cliente como meio de ganhar dinheiro e não como o fim último da sua ação, essa prática será vista como legítima e assegurada oficialmente. Esse tipo de código visa tão somente apaziguar a consciência dos profissionais e protegê-los fazendo com que os mesmos sintam-se honestos, humanos e justos mesmo quando só prestem seus serviços a quem possa pagá-los.

Outra tendência bastante comum é aquela que se diz disposta a enfrentar as práticas estabelecidas e colocar-se diante delas com olhar crítico e questionador. Alicerçando em um discurso lógico e referendado na literatura mais avançada, essa tendência pretende ser séria e verdadeira, todavia, o que se constata é uma total falta de objetividade e de clareza no texto da norma, a ponto de não viabilizar, na prática, a sua execução, como exemplifica o professor A. A. Andery. em relação a um código de ética da área da saúde: "... devemos ater-nos á maior cientifidade possível nas nossas atividades profissionais; ao maior rigor técnico científico; devemos esforçar-nos por escolher as práticas mais honestas, as mais eficazes possíveis; as mais respeitosas para com o ser humano. Devemos humanizarão máximo as relações profissional-cliente...".<sup>(3)</sup>

O que podemos entender como maior rigor científico. Em que consiste humanizar as relações profissionais? O que é possível exigir do profissional? Responder essas questões é uma missão difícil, senão impossível. Na impossibilidade de saber o que exigir, acaba-se exigindo o mínimo, questionando pouco e não proporcionando as mudanças necessárias. Assim, resta-nos saberem que essa tendência difere da anterior? Na nossa avaliação, apenas no aspecto de escamotear a verdade. Pois, além de legitimar o comportamento habitual ela se apresenta como diferente, como estando comprometida com os princípios de justiça e honestidade e isto serve para desarticular os possíveis focos de inconformismo, de crítica e de confronto que poderiam proporcionar o salto.

A terceira tendência não chega, ainda, a ter grande repercussão e apresenta-se como uma ensaiar ratiante e desconfiado. A mesma consiste em uma tentativa real de avaliação dos códigos elaborados e da prática cotidiana dos profissionais, tendo em vista verificar os seus méritos e os seus defeitos a fim de

sugerir as alterações necessárias. Esse processo de análise parte do princípio que não existem verdades absolutas, nem mesmo no campo da ciência, pois também ela é um fazer humano comprometido ou, no mínimo, permeado pela subjetividade. Sua preocupação não é fazer da norma um escudo para o profissional e sim um instrumento para o exercício correto da profissão e da descoberta da verdade. Com esse fim, busca entender o exercício profissional nas suas relações sociais e econômicas, desvelar o seu vínculo com o poder instituído, bem como entender até que ponto essa prática está servindo para a manutenção das relações sociais de manipulação.

É fácil entender que essa terceira orientação deveria ser aquela seguida por todas as éticas profissionais. Porém, longe de ser, ainda é atacada pelo poder constituído, pelas lideranças conservadoras e pelos seus pares. Isto porque, ela acena com a desarticulação da moral instituída e com o advento de uma moral instituinte, elaborada a partir das relações sociais de trabalho e das condições histórico-sociais e da consciência dos indivíduos. Tal passagem só é possível quando se admite viver a contradição, quando se permite viver a crise, pois só assim será possível realizar uma revisão nos valores tradicionais e, se preciso, construir novos valores.

Como a nossa prática consiste em seguir fórmulas prontas e códigos morais cristalizados, podemos dizer que a maioria dos tratados de deveres seguidos pelas categorias profissionais são apenas normas de administração do mercado de trabalho e não possuem um caráter verdadeiramente ético, deontológico.

## 5. COMO OS CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAL DEVERIAM SER

Não propomos, aqui, dar nenhuma receita ou colocar princípios que devam ser seguidos dogmaticamente: ao contrário, nossa intenção é continuar no caminho da reflexão. Para tanto, levantaremos alguns pontos que julgamos servirá continuação desse caminho. Neste sentido, alguns questionamentos básicos se impõem: porque, apesar do imenso poder que o homem moderno conquistou, ele não se apresenta como um ser feliz? O que explica a tendência, cada vez maior, dos homens irem de encontro aos valores estabelecidos? Em que se balizam os valores morais da modernidade?

A primeira pergunta julgamos ser possível responder, entre outros argumentos, pela situação de transitoriedade em que o homem se instalou. Diria

Karel Kosik: "vive-se uma insaciabilidade absoluta que transforma os homens, as coisas, os valores em simples objetos passageiros e estados provisórios, sem significado próprio interior".<sup>(4)</sup> Esta situação não se caracteriza como ausência de valores e sim como o advento de uma nova concepção, onde foram deixados de lado alguns "universais concretos" do campo político e social e escolhidos outros. Esta substituição fez do homem moderno um ser insatisfeito e em contínua busca, vivendo uma vida sem sentido no plano do ser, pois elegeu o ter como a meta prioritária. Além disto, ele vive uma inversão entre os meios e os fins e não consegue identificar a verdadeira felicidade.

No que diz respeito á insatisfação coletiva com os valores estabelecidos, nota-se uma recusa a aceitar as bases absolutistas, racionalistas e dogmáticas em que eles se articulam, uma vez que elas produzem valores meramente moralistas, baseados na obrigação e na obediência á lei. Valores que, em observância aos interesses sócio-econômicos, reprimem, neurotizam e levam a condutas aberrantes e até contraditórias. Como registra Pierre Weil "... em nome da paz se faz a guerra, em nome da desigualdade combatem os orgulhosos, em nome do amor, criticam os que se mostram insensíveis..."<sup>(5)</sup>

A última questão que se coloca é: em que os valores da modernidade se balizam? Diríamos que no interesse econômico e político, ou seja, em aspectos da realidade deixando de lado a totalidade e o ser humano enquanto agente e fim da moralidade. Procedendo na prática a idéia de que os fins justificam os meios, ou que meios e fins se adequam racionalmente. Estes são de fato dois grandes equívocos. Moralmente falando, os fins não justificam os meios e estes últimos não podem estar em desacordo com a meta prevista. Se partimos do princípio que a prática moralmente correta é aquela que visa o bem para o maior número de indivíduos, os caminhos a serem seguidos também devem ser bons e moralmente corretos. Certamente este é um grande problema na sociedade moderna onde são estimulados a competição, o individualismo e o egoísmo, a ponto de cada um visar apenas a realização dos seus objetivos usando para isto qualquer método.

A infelicidade, a desarmonia, a inversão dos valores, entre outros, exigem uma avaliação nas bases morais que orientam as condutas nas sociedades em geral, e as profissionais, em específico. Os homens anseiam por uma certa estabilidade nos valores e algo em que se possa confiar e nisto se frustram, pois perderam o referencial de alguns elementos aglutinado-

res e escapatórios, como a fé. Como a razão não tem dado conta dessa exigência, acabam caindo num niilismo, numa falta de sentido que possa motivar a vida.

Desse modo, de nada adianta querer mudar esse quadro conservando as bases e os caminhos que o criaram. É preciso romper com essa ética imposta pelos interesses sócio-econômicos e usar as lições do passado apenas como meio de entendê-la, para reescrevê-la a partir dos seres humanos e para os seres humanos, mudando a nossa prática pedagógica baseada na manipulação e na repressão por um exercício verdadeiramente educacional, voltado para a orientação das novas gerações, sem anulá-las. Onde cada um possa fazer, com responsabilidades, a sua escolha. Isto significa uma alteração de base no campo da moralidade, removendo o seu centro da exterioridade - das imposições sociais - para a interioridade dos indivíduos, de onde os valores devem emergir.

Essa reinvenção da ética pressupõe a possibilidade de se aceitar o diferente, ditado pelas motivações subjetivas as quais devem ser respeitadas, enquanto expressões de seres livres, dotadas da faculdade de escolher e de criar. O respeito aos valores individuais não significa a instalação de um mundo onde tudo seja possível; ao contrário, essa tolerância estaria alicerçada no reconhecimento dos contrários, sem julgamentos e sem antagonismos. Assim, antes de levar ao conflito e à violência, admitir o pluralismo é condição de garantia de paz social. O que leva à força, à pressão e à violência é o culto do único, é a imposição de uma determinada forma de ser, de viver, de agir e de morrer.

Para nós, este deve ser o paradigma também das relações de trabalho e da vida profissional. Respeitando as individualidades, reconduzindo os homens a uma vida mais humana, onde o culto ao lucro possa ser substituído pelo culto à vida - contemplação, lazer, etc. - e onde o progresso não seja identificado com acumulação material e sim com uma melhor qualidade de vida individual e coletiva. Onde a humanidade possa utilizar os avanços científicos e tecnológicos, tão ricos na modernidade, para acabar com a fome, a ignorância e a desigualdade. Onde o Estado possa

servir, de fato, ao progresso humano, assegurando aos homens as suas condições de existência.

Acreditamos que seguindo essa orientação os códigos de ética profissional conseguirão dar o salto, passando de meras regras de orientação do mercado, para uma prática reflexiva e crítica que lhes daria o status deontológico. Uma prática onde os valores morais fossem endógenos, ou seja, tendo como fonte a interioridade humana e não como algo imposto de fora para dentro; onde o exercício profissional fosse comprometido com o homem, com o seu crescimento e a sua realização. Para isto, os profissionais devem estar atentos aos progressos no campo da ciência e da tecnologia que possam representar melhoria na qualidade dos serviços prestados ao próximo, colocando a técnica como importante, porém entendendo-a como auxiliar, como meio e não como fim. E preciso entender que cada indivíduo é único - cliente, colega, colaborador - e tem o seu ritmo próprio, por isso faz-se necessário cultivar paciência, deixar que cada um caminhe, se desenvolva e cresça no tempo que lhe for apropriado, sem a ânsia de fazê-los queimar etapas a fim de adquirir resultados imediatos.

A verdadeira ética profissional deve, também, facilitar a substituição do egoísmo, do individualismo e da competição entre os profissionais, por um comportamento amigável e solidário. Solidariedade que não deve ser interpretada como convívio e corporativismo e sim como o exercício da verdade que é a única forma de crescimento individual e coletivo.

Em síntese, se queremos ter uma sociedade mais justa, humana e menos discriminatória, devemos ver os homens como seres vivos, capazes de pensar e de criar valores e não como seres que devem ser modelados e manipulados. Partindo deste princípio, os códigos de ética profissional devem assumir um compromisso de vida e com a vida; enfrentando as práticas tradicionais e inadequadas e colocando-se abertos ao novo, à revisão constante, pois só assim eles se tornariam verdadeiras práticas deontológicas e deixariam de ser subterfúgios para práticas desonestas e comportamentos moralmente inadequados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma, in: *Ética. S. Paulo: Companhia das Letras, 1992.*
2. GAROUDY, R. Por uma discussão sobre o fundamento moral. In: *Moral e sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
3. ANDERY, Abib Alberto. Três modalidades de ética profissional. In: *A Ética no Mundo de Hoje.* São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
4. KOSIK, Karel. A dialética da moral e a moral da dialética. In: *Moral e sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
5. WEIL, Pierre. *A nova ética.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993.